

As “novas” medidas para a escola pública

Aproximadamente a cada seis meses é a população paulista “premiada” com uma publicidade promocional da administração Orestes Quérzia, ora anunciando que “a qualidade de ensino vai melhorar”, ora trombeteando, com o máximo estridor, *slogans*, como este: “Educação, prioridade do governo de São Paulo”. Reconheça-se, a bem da verdade, que o tempo de vida útil de cada um desses anúncios supera sensivelmente a permanência, no cargo, dos últimos secretários da Educação desta administração; o antepenúltimo cinco meses, o penúltimo exatos 63 dias... Nestes dias, chegou a vez de o atual titular, professor Carlos Estevam Martins, produzir a sua peça publicitária em que se anunciam, em páginas de jornais pagas pelo contribuinte, as “novas medidas para melhorar a escola pública” do Estado de São Paulo. São as alardeadas “17 novidades” que o secretário Martins, no cargo desde a primeira semana de abril, prometeu quando cobrado sobre seus planos destinados a solucionar os problemas da Educação paulista.

É uma pena que a empinar todo o brilho do anúncio dessas “novidades”, tenha, *O Estado*, exatamente na véspera, publicado relatório em que o ex-secretário-adjunto de Educação do governo, Antônio de Souza Teixeira Júnior:

revela que 40,3% das escolas estaduais da Grande São Paulo conseguem oferecer pouco mais de duas horas de aula diária (por estarem superlotadas, algumas delas com sete turnos de aula/dia); que o índice de reprovação na 5ª série — não na primeira — é de 25% e, o que é pior, que 50 mil aulas deixaram de ser ministradas pelo simples e bom motivo de que não existem professores!

Para enfrentar tal quadro, fruto não da observação extramuros do que se passa na Secretaria da Educação de São Paulo, mas de sua própria palavra oficial, apresentaram-se as *novidades* da gestão Carlos Estevam Martins. Cinco delas nada mais são do que o monótono repetir de obrigações que qualquer administração pública deve cumprir desde o primeiro dia de atuação: instalar uma comissão para propor soluções — a menos de oito meses do final do mandato — para o problema de segurança nas escolas, renovar “temporariamente” o contrato de trabalhadores temporários em cada uma delas, criar equipes volantes para conservá-las — por que até agora nada vinha sendo feito nesse sentido? — e garantir que, depois de exaustivos estudos “do quadro de necessidades”, se distribuirão “equipamentos de cozinha” para que a merenda escolar seja preparada a contento. Asseverar que tais medidas consti-

tuem espetaculosas inovações é quase um insulto à inteligência do contribuinte deste Estado.

O pior, sem dúvida alguma, está nas “novidades” referentes aos recursos humanos, os professores em especial. Talvez por ironia a primeira delas já está envelhecida, uma vez que se trata de um concurso já realizado, aliás como determina a lei, para ocupação de qualquer cargo público. A seguir, falou-se de uma “atualização continua”(??) de professores, com certeza sem se pretender repetir o malogro da última “reciclagem”, custosa e que atingia, de fato, alguns professores de cada escola! A mais curiosa “novidade”, para os mestres, é a 16ª, em que se devolve ao educador público o direito de abandonar a profissão “por tempo determinado” para que procure remuneração mais digna.

Como a confirmar o relatório do ex-secretário-adjunto, no item das construções escolares as “novidades” garantem que as obras serão concluídas... Por acaso não o deveriam? Principalmente quando se sabe que o déficit na construção de salas de aula é da ordem de sete mil salas e que o governo Quérzia, de janeiro a agosto de 1989, reduziu a construção delas a quase zero, apesar da certeza de que a clientela escolar cresce à ra-

zão de 300 mil novas matrículas/ano. O resultado da irresponsabilidade da decisão transparece do relatório do ex-secretário-adjunto (até sete turnos de aula em cada escola). Isto, para que não se fale daquelas dadas em contêineres, ou das salas alugadas pela Secretaria da Educação do Estado mais rico da Federação.

É na qualidade do ensino, no entanto, que a decisão de reduzir os gastos em Educação — por exemplo, o primeiro grau, que dispôs em 1987 de 17,8%, só conseguiu, no ano seguinte, 14,7% do bolo orçamentário — produziu os seus efeitos mais perversos. Quando o ex-secretário Wagner Rossi, em dezembro passado, promoveu por decreto 1.800 estudantes da 3ª série do segundo grau, já se pôde perceber com nitidez as consequências da política salarial do governo no que tange à atuação dos educadores das escolas públicas: os alunos oficialmente não tiveram aulas porque não existiam professores para as matérias do segundo grau que aceitassem trabalhar pelo salário que lhes era então oferecido. O que ainda se ignorava era o número de aulas não ministradas: 50 mil e não só a daqueles 1.800 jovens! Em um mundo competitivo, que futuro se pode antever para os que foram educados na escola pública da era Quérzia?